

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UM BREVE HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA À CRIANÇA EM SÃO LUIS - MA

Hellen Silva Carneiro ¹
Rosyane de Moraes Martins Dutra ²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo mostrar um breve histórico da Assistência no Brasil, especificamente no estado do Maranhão e em sua capital, reconhecer o espaço e atividades desenvolvidas na Casa de Passagem, lócus da pesquisa. Esta possibilitou investigar se existem instituições de acolhimento na modalidade Casa de Passagem, conhecendo e discutindo sobre a infância acolhida nesse espaço, os motivos do acolhimento e dialogar sobre as práticas dos profissionais que colaboram com esse ambiente. Os instrumentos utilizados para obter as informações foram: observação não-participante, com um roteiro no intuito de observar o espaço, entrevista com o coordenador, pedagoga e assistente social, para compreender suas concepções acerca do nosso objeto de estudo e a literatura dos autores: Ariès (1981), Baptista(2002), Beghin (2005), Lima (1951), Meireles (1994), , Moncorvo Filho (1926), Rizzini (1993), Viegas (2007), Viveiros (2016) que em seus trabalhos científicos perpassam pela temática da infância, assistência e educação. Através desta pesquisa podemos constatar que atualmente, em São Luís, o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes é executado por 11 Instituições, tanto do poder público municipal quanto de Organizações Não Governamentais. No Maranhão, os principais motivos do acolhimento são: 37,6% negligência na família; 20,1% pais ou responsáveis dependentes químicos; 11,9% abandono e 10,8% violência doméstica. Durante as observações pudemos perceber que, por mais que essas crianças estejam em um ambiente onde existem profissionais compromissados em suas práticas somos cientes que há muito que fazer para que as unidades de acolhimento sejam, de fato, um ambiente familiar para os pequenos acolhidos.

Palavras-chave: Acolhimento institucional, Infância, Assistência

INTRODUÇÃO

O Acolhimento Institucional é uma medida protetiva assegurada pela Lei Federal nº 8.069/90, adotado quando o direito da criança à vida familiar e comunitária sofrer violação. Esta uma medida de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art.101, VII,

¹ Professora da rede básica de ensino graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, hellensl@hotmail.com;

² Professora do Departamento de Educação na área da Educação Infantil da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Paulo, rosyane.martins@gmail.com;

direciona o acolhimento de crianças em ambientes próximos às localidades que residam, asseguradas pelo poder público ou organizações não governamentais.

Ao falar sobre acolhimento no Brasil, Baptista (2006) discorre que com a chegada dos jesuítas para catequizar os nativos e propiciar a colonização, os padres investiram na educação e na catequese das crianças indígenas, consideradas “almas menos duras”, levando o afastamento de crianças de suas tribos. Baptista (2006) esclarece que foi apenas no século XVIII que surgiram as primeiras instituições de amparo à criança abandonada, onde foram inseridas as três primeiras rodas de expostos em terras brasileiras: em Salvador (1726), no Rio de Janeiro (1738) e em Recife (1789).

Posteriormente no século XX, através das lutas e dos movimentos sociais a partir dos anos de 1980, foram reivindicadas políticas públicas de atendimento, à democratização precária das instituições e à necessidade de reverter o quadro de abandono deste segmento da população. As imposições dos movimentos sociais possibilitaram a inclusão de artigos específicos na Constituição Federal de 1988 (artigos 226 a 230). Possibilitando o movimento pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O interesse pela pesquisa surgiu através de visitas feitas à Unidade de Acolhimento Institucional – Casa de Passagem, onde a história de crianças que passam por um momento delicado, que se encontram afastadas de suas famílias, fez surgir inquietações a saber: Como surgiu o processo do acolhimento no Brasil e no estado do Maranhão? Como acontece o processo de acolhimento na Casa de Passagem em São Luís? As crianças possuem vínculos familiares? Quais os principais motivos que levaram ao acolhimento dessas crianças? A Casa proporciona em um ambiente de aprendizagem para as crianças? Como acontece?

Através destas problemáticas, o objetivo deste trabalho é mostrar um breve histórico da Assistência no Brasil, especificamente no estado do Maranhão e em sua respectiva capital e reconhecer o espaço e atividades desenvolvidas na Casa de Passagem, e como objetivos específicos estudar a história do acolhimento a nível nacional e estadual, na Casa de Passagem, nos programas de acolhimento e quem são as crianças acolhidas. Posteriormente, passamos por um período de observação onde nos propomos a investigar a gênese da instituição e se existem procedimentos educacionais na Unidade, conhecendo e discutindo a infância acolhida nesse espaço e os motivos do acolhimento, dialogando sobre as práticas dos profissionais que colaboram com esse ambiente.

METODOLOGIA

O primeiro passo para iniciar a pesquisa foi o levantamento bibliográfico de autores que dialogassem sobre a temática. Sobre isso, Fonseca (2002) vem nos esclarecer que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Ao abordarmos sobre o histórico da infância, os caminhos percorridos pela assistência no Brasil e no Estado do Maranhão, sobre as características e especificidades de crianças que estão em uma Instituição de acolhimento utilizamos como referenciais para a pesquisa autores como: Ariès (1978), Ariès (1981), Baptista(2002), , Beghin (2005), Lima (1951), Meireles (1994), , Moncorvo Filho (1914), Moncorvo Filho (1926), Rizzini (1993), Viegas (2007), Viveiros (2016) que em seus trabalhos científicos perpassam pela temática da infância, assistência e educação.

Estudos e análises de documentos legais da educação e do assistencialismo foram utilizados no presente estudo, como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e o Projeto Político Pedagógico (PPP) que rege internamente a Unidade de Acolhimento para Crianças – Casas de Passagem. A investigação serviu de embasamento para melhor compreensão e realização desse trabalho. Sobre isso, Calado e Ferreira (2004), nos auxiliam quando afirmam:

Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação. (CALADO; FERREIRA, 2004, p.3)

Os instrumentos utilizados para o recolhimento das informações foram: a observação não-participante, com um roteiro no intuito de observar o espaço e entrevista com o coordenador, pedagoga e assistente social, para compreender suas concepções acerca do nosso objeto de estudo.

O reconhecimento e compreensão das informações foram realizados por meio da interpretação obtida junto aos instrumentos aplicados e as observações feitas, em discussão com o embasamento teórico da pesquisa.

HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA NO BRASIL

Do ponto de vista histórico, o descaso com crianças desabrigadas não é algo recente em nossa sociedade. Pode-se dizer que se inicia nas situações de conflitos sociais que geraram o exílio de famílias de suas respectivas pátrias, causados por determinantes políticos, econômicos e sociais. Com o desenvolvimento das cidades, muitas famílias não conseguiram manter-se e a luta diária pela sobrevivência era constante, com isso, essa grave consequência assolou a sociedade da época, fazendo-se presente, também, nos dias atuais.

Muitas são as definições de infância, principalmente quando se trata de cuidado e proteção. Múltiplos contextos e períodos históricos projetaram o percurso para alcançarmos o conceito de infância nos dias atuais. Na antiguidade, pode-se dizer que a infância era negada a criança, onde era vista como um adulto em miniatura. Segundo Ariés (1978), desde a antiguidade, mulheres e crianças eram consideradas seres inferiores que não mereciam nenhum tipo de tratamento diferenciado, tendo inclusive a duração da infância reduzida. Por volta do século XII era provável que não houvesse lugar para a infância, uma vez que a arte medieval a desconhecia.

Aproximando-nos da história do assistencialismo no país, descobrimos realidades complexas e contraditórias construídas em um contexto social de estados brasileiros, crianças “vagavam pelas ruas das principais cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador em busca da sobrevivência, quadro que também se desenhava em São Luís do Maranhão”. (LIMA, 1951, p. 88).

Segundo Baptista (2002) essas diferentes realidades, no entanto, evidenciam que as dificuldades vividas por muitas das crianças e dos adolescentes ocorreram, de um lado, por eles pertencerem a espaços e tempos marcados por desigualdades sociais e econômicas e, de outro, por terem sido, ao longo da história, expressão dessas desigualdades e, em algumas conjunturas, objeto de cuidados aparentes que mascaravam a concretização de outros interesses.

No século XVI, os portugueses chegaram ao Brasil tendo por projeto a exploração das terras e a aculturação dos moradores. Com eles vieram também os jesuítas, que criaram as Casas de Muchachos, misto de escola e casa de permanência para curumins e órfãos portugueses. A intenção era a de catequizar os nativos e facilitar a colonização. (BAPTISTA, 2002, p. 33)

No Brasil, o acolhimento de crianças em situação de abandono, ocorreu a partir do século XVIII através da RODA DOS EXCLUÍDOS³. A partir desse momento, observa-se recorrentes tensões entre a Igreja e o poder local, principalmente pela obrigação pública de contribuir financeiramente para a manutenção da Santa Casa, local onde essas crianças eram deixadas.

De acordo com Rizzini (2007) a política de atendimento no Brasil à infância e ao adolescente em situação de abandono, modificou-se com o tempo. O que anteriormente era de responsabilidade da Igreja, em questão da política do atendimento, transferiu-se para o poder estatal. Com a mudança da responsabilidade dessas crianças para o Estado, em uma sociedade onde o infanticídio não era considerado crime, a Roda dos Enjeitados, uma das denominações para a Roda dos Excluídos, era o local onde essas crianças eram colocadas para adoção. Sua gênese foi em território italiano, chegando ao Brasil no ano de 1726, em terras soteropolitanas.

Enjeitados era o nome dado às crianças rejeitadas pelos pais, colocadas em um cilindro de madeira na Santa Casa de Misericórdia. Essa prática de acolhimento perdurou até meados de 1950, onde a última roda foi fechada na cidade de São Paulo. Segundo Viegas (2007), no sistema de recebimento e encaminhamento da roda dos expostos, os bebês rejeitados eram cuidados pelas amas-de-leite externas. Posteriormente, aos setes anos essas crianças retornavam para a Casa dos Expostos, que procuravam caminhos para colocá-las em casa de famílias ou outras formas para serem criadas.

Nesse propósito, crianças que se encontravam nessa situação, principalmente as que eram alvo da pobreza e por consequência do abandono, estavam designadas à assistência. Rizzini (2004, p.95) nos diz que “ao menor abandonado e delinquente, estavam reservados o asilo preventivo e o asilo reformatório”. Contudo, o Estado não mostrava força e a assistência

³A Roda dos excluídos caracterizada como roda dos enjeitados, roda dos expostos. Instrumento cilíndrico e com uma divisória no meio, fincado no muro ou na janela da instituição. (MARCÍLIO, 1998.)

era vista como insignificante, apenas se consolidando nos anos de 1920 com a criação do Juízo de Menores e a promulgação do primeiro Código de Menores⁴.

Durante mais de um século, a roda dos expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada no país, sendo extinta devido às denúncias relacionadas à higienização das mulheres que cuidavam dessas crianças, conhecidas como amas de leite, onde afetava a saúde desses pequenos. A partir dessa abrangência, essa infância não privilegiada foi exposta através de denúncias médicas nas classes mais pobres. Moncorvo Filho (1926, p. 35), diz que o problema era originário da ausência de conhecimento dos pais “[...] dos mais rudimentares preceitos da higiene [...]”, levando os filhos a consumirem álcool, analgésicos, além de alimentos inadequados em todas as idades. A violência doméstica já se apresentava na rotina dessas crianças, como espancamento e castigos cruéis praticados pelos pais.

ASSISTÊNCIA À CRIANÇA NO MARANHÃO

Partindo desse pressuposto, Viveiros (2016) nos diz que pensava-se na criança pobre brasileira e maranhense do início dos anos 1900 como aquela que necessitava sobreviver às transformações impostas pelo novo ordenamento através de ações que viessem a favorecê-la, não apenas em seu aspecto material, mas também social. Com isso, cabe refletir o que a sociedade política da época pensava sobre essas crianças. Se o intuito real da elite era apenas cuidar das doenças que as assolavam na época, ou tomá-las como responsabilidade de educá-las para contribuírem socialmente para o crescimento do país, ou defender-se de uma relação e situação alarmante que prejudicasse o desenvolvimento da nação.

Segundo Meireles (1994), o Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão foi instalado em 1653, por iniciativa da Irmandade da Misericórdia, dos jesuítas, tendo à frente o padre Antonio Vieira. O local veio para dar suporte a essas crianças enfermas e abandonadas, localizada na Rua do Norte na capital do Maranhão, com sua fundação registrada no ano de 1814. A Santa Casa de Misericórdia, que antes denominava-se Hospital de São José da Santa Casa de Misericórdia, de acordo com Viveiros (2016, p.18) era “modelo de assistência de caráter filantrópico, compatível com a prestação de serviços através do saber

⁴Enraizado nas ideias da época, o Código de 1927 ou Código de Menores, manifestou-se como a primeira lei própria para infância e adolescência que empregava a palavra *menor* para referir-se aos pertencentes às classes pobres. (FIGUEREDO; ARAGÃO, 2013)

médico, bem como a organização racional da assistência em substituição à assistência emocional”.

Além dos grandes elitistas maranhenses, as chamadas *Damas da Sociedade*, esposas desses valorizados grupos de poderosos, praticavam a caridade auxiliando as Santas Casas de Misericórdia com trabalhos filantrópicos. Sobre isso, Rizzini (1993, p.98) nos diz que:

A luta de forças entre a caridade e a filantropia foi antes de tudo uma disputa política e econômica pela dominação sobre o pobre. A pobreza, até o século XIX, pertencia ao domínio absoluto da Igreja. A preocupação com a pobreza por parte das ciências, como a medicina, a economia, a sociologia, a pedagogia, e outras, permitiu tomarem pra si diversos aspectos do pauperismo como objetos de estudo. Desta forma fornecem às elites sociais e políticas os instrumentos que as possibilitaram reclamar para si o domínio de uma situação que as ameaçava diretamente e que a Igreja mostrava-se incapaz de controlar.

Dante disso, a filantropia, concretizou-se, no início do *liberalismo*⁵, onde apoiava-se na sensibilidade moral tentando aproximar a miséria e a ordem. “Com isso, a filantropia elabora, pragmaticamente, uma referência ao interesse coletivo, de natureza essencialmente moral, que é o de reduzir a miséria e o perigo social que ela representa”. (BEGHIN, 2005, p. 45). Percebe-se, através da filantropia no Maranhão, a preocupação da sociedade que a praticava em preservar a imagem da cidade limpa dos problemas causados pela pobreza.

Textos do jornal *A Pacotilha*⁶, circulavam nos anos 1910, um ano antes da fundação do Instituto de Assistência à Infância, que se referiam a ações beneficentes que além de estarem sob os olhos da Igreja, também interessava uma determinada camada da sociedade, assumindo o caráter filantrópico levando a caridade a um prejuízo moral. A infância pobre e desvalida, de São Luís do Maranhão, tomava vez nas páginas do jornal, atentando a sociedade para os perigos provenientes do abandono dessas crianças. Na perspectiva da retórica médico-higienista, agregaram-se novos esforços sociais com a finalidade de cuidar dessas crianças, das mulheres e mães dessas crianças com péssimas condições de vida.

Os ideais dos médicos higienistas que colocaram essas crianças como foco social da época, embora constituído em um campo real para a assistência, não tinham como objetivo uma prioridade social e sim a ascensão de um campo. Contudo, foi a partir de intervenções desses profissionais, a princípio, no período republicano, que se desencadearam práticas de assistência com a criança em situação de risco, no Maranhão.

⁵O termo indica um sistema de dominação. (BEGHIN, 2005).

⁶Jornal fundado em 30 de dezembro de 1880, e extinto em 1939, meio de comunicação crítico da política e dos políticos maranhenses, dos costumes locais e da posição da igreja frente aos desenvolvimentos científicos e sociais do período. (JORGE, 2008)

De acordo com o estudo bibliográfico desenvolvido, podemos afirmar que devido às intervenções da classe médica, a assistência à criança e ao adolescente em situação vulnerável iniciou-se em nosso Estado, surgindo posteriormente, as instituições de acolhimento, dentre elas a Casa de Passagem, lócus da vigente pesquisa.

ASSISTÊNCIA E CASA DE PASSAGEM

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)⁷ estabelece uma denominação acolhimento para a execução de acolher e cuidar provisoriamente de crianças e adolescentes que necessitam ser separados de suas famílias por encontrar-se em circunstância de vulnerabilidade ou risco social. A Lei 8.069/90 do ECA, em seu Art. 98 nos diz que:

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III - em razão de sua conduta. (BRASIL, 1990, p 71)

As modalidades de acolhimento são: o acolhimento familiar e o acolhimento institucional. A Unidade de Acolhimento Institucional para Crianças – Casa de Passagem refere-se à entidade que desenvolve programa específico de proteção especial de abrigo na modalidade de acolhimento institucional.

Este programa é uma medida de proteção listada no Art. 101 do ECA - Lei 8.069/90 que acaba se transformando em uma solução para a pobreza e para a falta de recursos de crianças em situação de abandono. As modalidades de acolhimento institucional previstas pelo PNCFC oferecidas na rede de atendimento municipal são: Casa de Passagem, Abrigo de Pequeno Porte, Casa-Lar e República. Especificamente, “abrigo” é uma medida de “proteção especial” prevista no ECA e definida como “provisória e excepcional” (BRASIL, 1990). A lei prevê, exemplificativamente, medidas de proteção a serem adotadas, nos termos do artigo 101, a saber:

⁷O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária foi elaborado por representantes de todos os poderes e setores governamentais, da sociedade civil organizada e de instituições internacionais, integrantes da Comissão Inter setorial a qual produziram incentivos apresentados ao Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes - CONANDA e ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. (BRASIL, 1990)

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - acolhimento institucional;
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;
- IX - colocação em família “substituta.” (BRASIL, 1990, p. 74)

A Casa de Passagem tem finalidade de promover o acolhimento de cunho emergencial, com ambiente propício e profissionais habilitados para acolher a criança/adolescente em qualquer horário do dia ou da noite diante de uma necessidade de acolhimento imediato e emergencial, tais como crianças perdidas, internação hospitalar do único responsável pela criança, crianças em situação de abandono, negligência familiar, crianças vítimas de maus tratos, etc. Nessas ocorrências, a instituição acolhe crianças e adolescentes por curta duração, tempo suficiente para avaliar a situação (diagnóstico situacional) e encaminhá-los para seus familiares ou para outros serviços de acolhimento.

Sobre os serviços oferecidos pela Unidade de Acolhimento para Crianças - Casa de Passagem no referente Estado destaca-se:

- Recebe crianças e adolescentes por demanda espontânea ou encaminhada pelos Conselhos Tutelares e outros órgãos e entidades;
- Realiza acompanhamento social, psicológico e pedagógico às pessoas abrigadas;
- Realiza o recâmbio de pessoas abrigadas.
- Desenvolve programas e projetos focados em ações de restabelecimento do vínculo familiar de origem ou estabelecimento de vínculos em família substituta. (SÃO LUIS, 2015, s/d)

As normas legais para o acolhimento institucional concebem que o período em que a criança está acolhida deva ter um caráter efêmero, contudo o mais digno possível, apto a desempenhar os direitos violados e de ser um momento de amparo, proteção, aprendizagem e desenvolvimento para as crianças e os adolescentes acolhidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, em São Luís, o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes é executado através de 11 Instituições, tanto do poder público municipal quanto de Organizações Não Governamentais (SÃO LUÍS, 2015). A equipe é composta por

pedagogos, psicólogos, educadores, nutricionistas, técnicos de enfermagem, cozinheiros, zeladores, motoristas e assistentes sociais, esses profissionais precisam estar preparados para enfrentar diferentes tipos de condições de vida das crianças acolhidas, aspirando à inclusão familiar e social destas.

As crianças e adolescentes, em casos extremos de violência, de abuso, de pais e mães dependentes químicos, que necessitam permanecer afastados de suas famílias até que as exigências cabíveis de convivência se revigorem, carecem encontrar nas instituições de acolhimento, um espaço de cuidado e proteção. Assim, especificamente, segundo a Pedagoga que trabalha na Casa a *“Instituição Acolhedora Casa de Passagem é responsável por oferecer às crianças acolhidas todos os seus direitos fundamentais, por meio das políticas públicas municipais, cuidar e proteger sua integridade física e emocional. Além de proporcionar momentos de aprendizagem às crianças durante sua permanência na instituição.”*

O serviço de acolhimento tem o intuito de oferecer proteção social através do acolhimento temporário, garantindo cuidados, alimentação, vestuário e acompanhamento psicossocial até que seja possível localizar a família, restabelecer os vínculos familiares ou até quando estiverem asseguradas a autonomia e a proteção. Porém, as Instituições de Acolhimento, não possuem uma natureza familiar onde possam apresentar relações de companheirismo, cumplicidade, familiaridade e segurança, elas constituem basicamente um ambiente educador e fornecedor de necessidades básicas.

A unidade Instituição Acolhedora Casa de Passagem, no bairro da capital do Maranhão, possui 11 crianças, até o momento dessa pesquisa, sendo que duas crianças possuem idade maior que 12 anos, uma possui irmãos e não pode haver a desvinculação dos laços fraternos. E a outra criança ainda permanece na instituição, por medidas de proteção judicial. *“As crianças só podem ficar na instituição até os 12 anos. Depois, caso elas não retornem para as famílias núcleo (pai e mãe), ou famílias extensas (tios, avós e padrinhos), são encaminhadas para outro ambiente” (Fala do coordenador da instituição).*

No Maranhão, os principais motivos do acolhimento são: 37,6% negligência na família; 20,1% pais ou responsáveis dependentes químicos; 11,9% abandono e 10,8% violência doméstica (SÃO LUIS, 2015).

Na instituição onde realizamos a pesquisa, o fator principal para o acolhimento das crianças é uso/tráfico de drogas pelos pais ou responsáveis. *“Cerca de 90% das crianças acolhidas na casa são filhos de pais usuários de drogas ilícitas. Os pais perdem o controle de sua vida e não tem condição psicológica, física e afetiva para cuidar das crianças.” (Fala do coordenador da Instituição)*

Desse modo, as crianças acolhidas precisam de ações cuidadosas que viabilizem comodidade, aconchego e proteção, além da qualidade de vida, com o objetivo de no futuro sejam pessoas fortes, afetivas e emocionalmente saudáveis e independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar e conhecer a Unidade de Acolhimento para Crianças – Casa de Passagem possibilitou a reflexão sobre a assistência na segunda década do século XVI e o acolhimento nos dias atuais. Partimos de um Código, onde a nomenclatura *menor* era designada às crianças abandonadas por consequência da pobreza até o vigor da Lei vigente 8.069/90 que assegura à criança medidas protetivas e afastamento da família caso seus direitos sejam violados.

Tentamos, nessa pesquisa, mostrar parte da infância acolhida de crianças na Casa de Passagem. Não tivemos a oportunidade de ter contato direto com as crianças e nem intervir em sua rotina devido às políticas de proteção, porém durante as observações pudemos perceber que, por mais que essas crianças estejam em um ambiente onde existem profissionais comprometidos em suas práticas, uma estrutura predial adequada, somos cientes que há muito o que fazer para que as unidades de acolhimento sejam, de fato, um ambiente familiar para os pequenos acolhidos.

Entretanto, podemos afirmar que além ter sido um trabalho desafiador, onde denotou um esforço significativo, ficamos felizes em observar em um ambiente não escolar, possibilidades de educar, criar e transformar. É possível ajudar essas crianças a superar algumas de suas dificuldades, estimulando a percepção sobre os conhecimentos que já possuem, além dos vínculos formados, os que podem ser fortalecidos e os que podem ser ampliados, onde e com quem. (BAPTISTA, 2006)

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BAPTISTA, M.V. (Coord.). **Crianças e adolescentes em situação de risco na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

BAPTISTA, M.V. **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. -- (Coletânea abrigar; 1)

BEGHIN, Nathalie. **A filantropia empresarial: nem caridade e nem direito.** São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social & Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2009). **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** (2a ed.). Brasília, DF: CNAS.

CALADO, S.dos S; Ferreira, S.C dos R. **Análise de documentos: método de recolha e análise de dados.** Disponível em:
<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>. Acesso em: 03 de Novembro de 2018.

FIGUEREDO, Juliana Gomes. ARAGÃO, Elizabeth Maria Andrade. **Crianças e Adolescentes acolhidos: história tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas.** Rev. Epos vol.4 no.2 Rio de Janeiro dez. 2013

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

JORGE, Sebastião. **A imprensa no Maranhão no século XIX (1821 - 1900).** São Luís, MA: Lithograf, 2008. (Homenagem aos 200 anos da imprensa no Brasil)

LIMA, Olavo Correia. História da Assistência à Infância no Maranhão. **Revista do Instituto Histórico-Geográfico do Maranhão**, ano 28, n. 3, ago. 1951.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.** (São Paulo: Hucitec, 1998.)

MEIRELES. Mário Martins. **Dez Estudos Históricos**, 1994.

MONCORVO FILHO, Arthur. **Histórico da Proteção à infância no Brasil: 1500-1922.** Rio de Janeiro: Empreza Gráfica Editora – Paulo, Pongetti& Cia, 1926.

RIZZINI, I., RIZZINI, I. (2004). **A Institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios presentes.** Rio de Janeiro: PUC.

RIZZINI, Irene (coord.); BAPTISTA, Rachel; NAIFF, Luciene; RIZZINI, Irma. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiência de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil.** São Paulo, Ed. Cortez; Brasília, DF; UNICEF; CIESP; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2007.

VIEGAS, Simone Soares. **A Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Abrigos de Belo Horizonte: história, organização e atores envolvidos.** Belo Horizonte: PUC MINAS, 2007.

VIVEIROS, Kilza M.F. **A assistência à infância pobre.** Universidade Federal do Rio Grande de Norte: 2016.